

## INDICADORES SOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA NA MATA PARAIBANA

*Maria de Fátima Ferreira Rodrigues*  
(Profa. Dra. do Depto. de Geociências e do PPGG da UFPB)  
*Alecsandra Pereira da Costa Moreira*  
(Acadêmica do curso de Geografia da UFPB, Bolsista do Prolicen)

**RESUMO:** Neste texto analisamos alguns aspectos sócio-econômicos acerca da biodiversidade da Mata Atlântica, destacando nesta análise o IDH(M) relativo a 1991 e 2000 dos municípios situados na Mesorregião da Mata Paraibana. Analisamos também alguns dados referentes a saúde, educação e reforma agrária e, por conseguinte, os indicadores que dizem respeito a melhoria da qualidade de vida nesta mesorregião.

### I - INTRODUÇÃO

Discutir indicadores sociais nos põe frente a frente com os índices de pobreza do nosso país e por conseguinte, com o debate acerca da qualidade de vida, cuja demarcação exige a inclusão de parâmetros sociais diversos. Vale salientar que indicadores sociais são dados estatísticos sobre aspectos da vida de uma nação que, em conjunto, permitem conhecer o seu nível de desenvolvimento social.

A escolha dos aspectos que retratam o estado social de uma nação é uma tarefa difícil, e envolve acordos entre o governo, políticos em geral e a sociedade organizada (sindicatos, associações de moradores, associações de classe, grupos religiosos, dentre outros) sobre os critérios mais importantes para se fazer esta escolha. Atualmente costuma-se adotar um conjunto mínimo de Indicadores Sociais para analisar as condições de vida da sociedade brasileira. Tal conjunto é composto por informações sobre as características da população, especialmente sobre as dinâmicas demográficas, sobre o trabalho e a renda; sobre saúde, justiça e segurança pública, educação e condições de vida da sociedade. Nesta pesquisa adotamos, como base as nossas reflexões e avaliações, o Indicador de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 1991 e 2000, relativo aos municípios que integram a Mesorregião da Mata Paraibana.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “O Índice de Desenvolvimento Humano “foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol.2, n.1	Jan/Jun-2003	p. 8-27
--------------------	-------------	------------	--------------	---------

países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto”<sup>2</sup>.

Foi com base nos indicadores de educação, longevidade e renda que realizamos nossa pesquisa, tomando como referência, especialmente, os dados oficiais do IDH-M<sup>3</sup> publicados pelo PNUD, os dados sócio-econômicos publicados nos Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos PDA's<sup>4</sup>, bem como os dados sócio-econômicos municipais publicados pelo IBGE, relativos a Mesorregião da Mata Paraibana conforme quadro I.

Quadro I  
MATA PARAIBANA  
INDICADORES SOCIAIS

Mesorregião da Mata Paraibana	Divisão em Microrregiões	Composição Municipal	População		IDH-M	Reforma Agrária		
			Rural	Urbana		Nº de Assentamentos	Famílias Beneficiadas	Área Ocupada (ha)
Microrregião do Litoral Norte	Baía da Traição		3.511	2.972	0,594			
	Capim		524	3.656	0,519	2	46	313,0000
	Cuité de Mamanguape		4.605	1.519	0,543			
	Curral de Cima		4.879	444	0,508			
	Itapororoca		6.427	8.206	0,573			
	Jacaraú		7.004	7.113	0,555	3	155	1.758,1200
	Mamanguape		8.018	30.754	0,581			
	Marcação		3.255	2.948	0,526			
	Mataraca		682	4.818	0,573			
	Pedro Régis		3.509	1.374	0,532			
	Rio Tinto		9.027	13.284	0,603	1	136	1.883,9500
Microrregião de Sapé	Cruz do Espírito Santo		8.191	5.890	0,547	8	787	5.998,0740
	Juripiranga		990	8.657	0,533			
	Marí		3.243	17.420	0,560	1	250	1.719,7000
	Pilar		3.299	6.975	0,569			
	Riachão do Poço		2.835	859	0,553	1	120	1.770,6000
	São José dos Ramos		3.364	1.536	0,525			

<sup>2</sup> - Cf. [www.undp.org.br](http://www.undp.org.br) acesso em 28 de junho de 2003

<sup>3</sup> - IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

<sup>4</sup> - PDA - significa Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos e são elaborados tomando como base os parâmetros técnicos relacionados na Instrução Normativa n.º 2, de 20 de março de 2001, que estabelece normas gerais para a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de regularização conforme as Leis 4.500, de 30 de novembro de 1964; 8.524, de 5 de fevereiro de 1993 e Decreto 59.428, de 27 de outubro de 1996.

Microrregião de João Pessoa	São Miguel de Taipu	3.345	2.741	0,524	4	275	2.776,8400
	Sapé	11.837	35.516	0,556	6	616	6.327,2000
	Sobrado	6.302	583	0,555	1	48	600,0000
	Bayeux	124	87.437	0,689			
	Cabedelo		42.832	0,757			
	Conde	6.147	10.266	0,613	6	366	3.116,8427
	João Pessoa		597.934	0,783			
	Lucena	1.728	8.027	0,604	2	166	1.136,1250
	Santa Rita	15.369	100.475	0,659	1	26	567,9000
	Microrregião do Litoral Sul	Alhandra	6.971	8.943	0,606	2	371
Caaporã		6.505	11.936	0,617	1	112	507,6585
Pedras de Fogo		11.951	13.910	0,568	9	661	4.124,1850
Pitimbu		6.016	7.911	0,594	6	433	3.120,4939

Fonte: PNUD(1991 e 2000), IBGE ( 2000), INCRA (2002) e IDEME (2000)

## 2. MESORREGIÃO DA MATA PARAIBANA NO CONTEXTO DA DIVISÃO REGIONAL BRASILEIRA

A palavra Mata significa “área coberta de plantas silvestres de partes diversas ou floresta (conjunto de árvores)” (HOUAIS, 2001: p.1865); significa também “zona geográfica do Nordeste do Brasil, entre a orla marítima e o agreste de solo fértil e vegetação de grande porte”. Acreditamos que o uso deste mesmo termo, vinculado a Mesorregião da Mata, esteja também associado às características físicas peculiares da floresta nativa que serviu de abrigo às tribos indígenas e foi lugar das primeiras resistências.

A indagação o que é a Mata Atlântica? Conti e Furlan (1996: p.171) responde: é “o primeiro nome dado pelos portugueses à extensa muralha verde que separava o mar das terras interiores. Hoje este é um nome genérico com que popularmente é conhecida uma grande variedades de matas tropicais úmidas que ocorrem de forma azonal nas regiões costeiras do Brasil, acompanhando a distribuição da umidade trazida pelos ventos alísios de sudeste”. A diversificação das espécies adaptadas as diferentes condições de solo e umidade proporciona aspecto fisionômico diferenciado no âmbito desta floresta. Para os iniciantes no estudo da Mata Atlântica Conti e Furlan (1996: p.173), citando Hueck, sugere a seguinte divisão:

- mata pluvial tropical das planícies costeiras;
- mata pluvial tropical das encostas montanhosas do trecho norte;

- mata pluvial de encostas montanhosas do trecho sul, estrato altitudinal inferior;
- mata pluvial tropical das encostas montanhosas do trecho sul, estrato altitudinal superior;
- formações abertas e rochosas acima do limite altitudinal de florestas;
- ecossistemas associados: complexo dos cordões litorâneos (restingas e manguezais).

A Mata Atlântica, da qual a Mata Paraibana é parte integrante, teve sua origem “há mais de 400 milhões de anos, quando plantas vasculares fotossintetizadoras<sup>5</sup> e multivasculares começaram a aderir às margens dos continentes. Esses organismos cobriram as costas rochosas, desaceleraram o fluxo das águas, formaram solos e avançaram para o interior” (DEAN, 2002: p.34). Posteriormente, ocorreram inúmeras transformações geológicas: longo período de seca, período de intensa atividade ígnea e prolongadas estações de frio. As mudanças climáticas fizeram com que muitas espécies fossem extintas e outras surgissem para substituí-las.

Da memória que a escrita nos deixou e que a imaginação criou, há uma abundância de relatos feitos pelos colonizadores acerca desta floresta e das suas riquezas naturais. Da Carta de Caminha, escrita considerada inaugural, às pesquisas realizadas por Manuel Arruda Câmara chegando às pesquisas contemporâneas, muito é possível explorar sobre esta fração do território brasileiro e sobre o seu uso e ocupação.

Ressalte-se que o uso dos recursos naturais da Mata Atlântica teve início antes mesmo da chegada dos colonizadores, mas os impactos decorrentes das práticas agrícolas dos nativos, em nada se assemelhou ao processo de desmatamento, desflorestamento e devastação ocorrido após a chegada dos europeus.

Antes da chegada do colonizador variava “entre um e cinco milhões o número de índios que viviam no Brasil em 1.500, na época do descobrimento do Brasil. Esse número foi obtido tomando-se por base o ocorrido no antigo México e Peru, onde o decréscimo da população nativa foi de vinte a um, ou seja, de cada 20 indivíduos restou apenas um. Considerando-se que a população indígena do Brasil, em 1980, era de

---

<sup>5</sup> - Fotossíntese é um processo decorrente da absorção de luz pelos vegetais. Quando a luz incide em uma molécula de clorofila, esta absorve parte da energia luminosa que permite a reação do gás carbônico produzindo carboidratos e liberando oxigênio. A fotossíntese é importantíssima para o homem. É na fotossíntese que ocorre o primeiro e o principal processo de transformação de energia no ambiente terrestre.

227.800 pessoas e multiplicando-se esse número por 20, chega-se a 4.556.000 índios em 1500.

O mapa Etno-histórico do Brasil e países limítrofes, do etnólogo alemão-brasileiro Curt Nimuendaju Unkei, publicação conjunta do Museu Nacional e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, de 1981, indica a localização de 1400 tribos existentes em 1500, que falavam línguas pertencentes a 40 troncos, divididos em 94 famílias lingüísticas. Isso sem contar as línguas isoladas, que não podiam ser agrupadas em famílias. O Mapa mostra o rumo das migrações dessas tribos, a época em que ocorreram os primeiros registros sobre elas e aquelas que se extinguíram nos 450 anos seguintes à invasão européia e que correspondem a 90 por cento do total. Apesar de não se ter notícia, em nenhuma outra parte do mundo, de uma variedade lingüística semelhante à verificada na América do Sul tropical, a precariedade de dados históricos torna impossível precisar a totalidade da população indígena do Brasil, em 1500”<sup>6</sup>.

A população existente ao longo da costa era composta principalmente pelos Tupis e pelos Guaranis. Os Tupis, segundo relato dos cronistas e viajantes, tinham a antropofagia como um forte traço cultural. Eles assavam e comiam seus inimigos capturados, com a intenção de adquirir sua força e habilidade. Sobre este traço cultural dos tupis ficou célebre na história do Brasil o relato de Hans Staden e os rituais antropofágicos que presenciou entre os Tupinambás.

Quanto à degradação ambiental provocada pelos indígenas há controvérsias. Se considerarmos os cronistas do século XVI é possível deduzir que “cada aldeia tupi abrigava, em média, seiscentas pessoas e controlava pouco menos de setenta quilômetros quadrados do interior, sugerindo uma população de cerca de nove habitantes por quilômetro quadrado” (DEAN, 2002: p.51). Ainda assim os índios mantinham-se no campo da sobrevivência e de longe as suas práticas assemelharam-se as do colonizador.

Segundo nos informa CASTRO (2003: p. 11 e 12),

“Artigo publicado em Science (19/09/03, p. 1.710-1.714) ajuda a abalar a idéia de que a Amazônia, por volta do descobrimento era um quase-vazio humano, ocupada por tribos pequenas, dispersas e móveis. A pesquisa traz evidências de que a região amazônica do Alto Xingu era densamente povoada, com grandes aldeias habitadas por milhares de pessoas e interligadas por imponentes estradas. Além de

<sup>6</sup> - <http://www.cimi.org.br/principal.htm>, acesso em 1º de fevereiro de 2002

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol.2, n.1	Jan/Jun-2003	p. 8-27
--------------------	-------------	------------	--------------	---------

pesquisadores norte-americanos e brasileiros, assinam o trabalho dois líderes indígenas. (...) Segundo esses estudiosos, a Floresta Amazônica é fruto das atividades humanas, pois os nativos cuidavam da fauna, da flora e das águas - fazendo com que sua biodiversidade estivesse no nível em que estava, quando os portugueses aqui chegaram - “ela é o resultado da presença de seres humanos, não de sua ausência” .

Se foi a presença de seres humanos que garantiu a biodiversidade existente na Amazônia à época da colonização, cabe-nos então indagar:

- Porque a Mata Atlântica apresenta hoje apenas cerca de 7,3% de sua cobertura florestal original ?

Segundo Dean, os franceses, espanhóis, ingleses e portugueses, todos juntos podem ter provocado a extração de 12 mil toneladas de madeira por ano.

“O processo de desmatamento prosseguiu durante os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro, da produção de carvão vegetal, da extração de madeira, da plantação de cafezais e pastagens, da produção de papel e celulose, do estabelecimento de assentamentos de colonos, da construção de rodovias e barragens, e de um amplo e intenso processo de urbanização, com o surgimento das maiores capitais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, e de diversas cidades menores e povoados”<sup>7</sup>

Das atividades econômicas praticadas na Mata Paraibana pode-se afirmar que a atividade canavieira demandou um intenso desmatamento seja na construção das casas dos senhores de engenho, das senzalas e dos engenhos, e de modo especial para o plantio da cana-de-açúcar.

“Até 1700 — cerca de 150 anos após a exportação do açúcar alcançar escala comercial — os campos de cana-de-açúcar teriam eliminado uns mil quilômetros quadrados de Mata Atlântica” (DEAN, 2002: p.96).

Em outras regiões do Brasil, conforme já ressaltamos, o desflorestamento do século XIX, não foi apenas consequência das queimadas da floresta. A cultura do café contribuiu para acelerar o processo de urbanização e industrialização com a abertura de ferrovias entre outros equipamentos e infraestrutura implantados. Como era explorada uma única mercadoria de exportação, “as pressões sobre uma área mais ampla da Mata Atlântica, deram início ao que agora pode ser considerado como danos irreversíveis às paisagens antropomorfizadas” (DEAN, 2002: p.206).

No século XX, o crescimento demográfico mundial prosseguiu em ritmo acelerado. Comparativamente, “a população do Brasil triplicou entre 1.900 e 1.950, a de São Paulo quadruplicou e a do Paraná cresceu quase seis vezes e meia” (DEAN, 2002:

<sup>7</sup> - Ecossistemas brasileiros <http://www.ibama.gov.br/> acesso em 19 de fevereiro de 2004.

p.254). E a floresta foi sendo devastada, para suprir as necessidades domésticas, industriais, de recreação e de transporte.

No que concerne a falta de consciência ambiental dos governantes, marcou a memória do povo brasileiro, frases e práticas como as que se relata a seguir : “que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”. Esta frase foi proferida por José Sarney, Senador do Nordeste que se tornaria posteriormente Presidente da República. Já um representante do governo na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1.972, apresentou uma fórmula populista dissimulada tendo como refrão “a pior forma de poluição é a pobreza” (DEAN, 2002: p.307). Nestas frases percebemos claramente que o desenvolvimento econômico é colocado, por estas autoridades, acima dos problemas ambientais.

Desde o início do séc. XIX, Manuel Arruda Câmara, já alertava sobre a possibilidade da extinção de espécies animais e vegetais da Mata Atlântica em decorrência do uso e ocupação indevida desta floresta. Em suas pesquisas este estudioso defendeu a necessidade de se criar Jardins Botânicos enquanto locais de preservação das espécies e, principalmente, ambientes de pesquisa. Da mesma forma outros estudiosos como Auguste de Saint-Hilaire, Spix e Martius alertavam para a riqueza da Mata Atlântica e denunciavam as práticas predatórias.

Durante muitos séculos, “a Mata Atlântica propiciou lucros fáceis: papagaios, corantes, escravos, ouro, ipecacuanha, orquídea e madeira para o proveito de seus senhores coloniais e, queimada e devastada, uma camada imensamente fértil de cinzas que possibilitou uma agricultura passiva, imprudente e insustentável” (DEAN, 2002: p.380).

Resultante deste processo de exploração insustentável, a Mata Atlântica apresenta o seguinte quadro:

“(...) atualmente, restam cerca de 7,3% de sua cobertura florestal original, tendo sido inclusive identificada como a quinta área mais ameaçada e rica em espécies endêmicas do mundo. Na Mata Atlântica existem 1.361 espécies da fauna brasileira, com 261 espécies de mamíferos, 620 de aves, 200 de répteis e 280 de anfíbios, sendo que 567 espécies só ocorrem nesse bioma. Possui, ainda, cerca de 20 mil espécies de plantas vasculares, das quais 8 mil delas também só ocorrem na Mata Atlântica. Várias espécies da fauna são bem conhecidas pela população, tais como os mico-leões e muriquis, espécies de primatas dos gêneros *Leontopithecus* e *Brachyteles*, respectivamente. Vale lembrar que, no sul da Bahia, foi identificada,

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol.2, n.1	Jan/Jun-2003	p. 8-27
--------------------	-------------	------------	--------------	---------

recentemente, a maior diversidade botânica do mundo para plantas lenhosas, ou seja, foram registradas 454 espécies em um único hectare. A sua área atual encontra-se altamente reduzida e fragmentada com seus remanescentes florestais localizados, principalmente, em áreas de difícil acesso. A preservação desses remanescentes vem garantindo a contenção de encostas, propiciando oportunidades para desfrute de exuberantes paisagens e desenvolvimento de atividades voltadas ao ecoturismo, além de servir de abrigo para várias populações tradicionais, incluindo nações indígenas. Além disso, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais para abastecimento de cerca de 70% da população brasileira<sup>8</sup>.

Na Paraíba existem algumas áreas protegidas e Parques que estão sob a coordenação do IBAMA, a exemplo do Jardim Botânico, Mata da Amém, Reserva de Guaribas, dentre outros.

A criação de Parques Nacionais e Áreas Protegidas representou uma ação legal adotada no limite da devastação, uma tentativa de impedir a destruição total dos remanescentes desta floresta.

A bibliografia existente sobre a Mata Atlântica, sua biodiversidade e sua vulnerabilidade são extensas e estão divulgadas numa gama de publicações e *sites* especializados cabendo aos interessados o aprofundamento do tema. Neste ensaio interessa-nos, sobretudo, destacar alguns aspectos econômicos, culturais e geográficos da Mesorregião da Mata Paraibana.

A Mesorregião da Mata embora esteja extremamente descaracterizada de sua conformação original integra do ponto de vista da sua flora e fauna bem como do processo histórico, a Mata Atlântica. É composta por quatro microrregiões e trinta municípios com uma área de 5.327,0 Km<sup>2</sup> que corresponde a 9,87% da área total do Estado da Paraíba. A Zona da Mata como é comumente denominada foi também, no final dos anos 50 e início dos anos 60 palco das Ligas Camponesas tendo portanto relevância histórica, política, econômica e cultural, além de ser a primeira porção do Estado a ser ocupada e explorada economicamente. Nesta fração do território paraibano além de estar localizada a sede do Governo do Estado, verifica-se a vitória dos trabalhadores sem terra que, em número crescente, vêm sendo assentados em antigas Sedes de Usinas, revelando assim a força política deste movimento.

A divisão do Estado da Paraíba em micro e mesorregião resulta de contribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu papel de órgão planejador do território Brasileiro. É importante considerar que o Brasil já foi objeto de

<sup>8</sup> -[http www. estadoo.com.br/ext/ciencia/arquivo/mota/](http://www.estadao.com.br/ext/ciencia/arquivo/mota/)

várias propostas de divisão regional conforme podemos conferir em artigo publicado por Fábio Guimarães (1939) na Revista Brasileira de Geografia, onde este autor historia as várias propostas de divisão regional esboçadas para o Brasil desde o século XIX até os anos 30 do século XX, por autores como Martius, Elisée Reclus, André Rebouças, dentre outros.

No que diz respeito ao tema das representações regionais as propostas aplicadas ao Estado da Paraíba também não diferem, em sua essência, das representações regionais do Brasil visto que estas trazem em si as marcas das bases físicas do Estado, da sua história territorial, bem como da visão de mundo dos autores e instituições que as elaboraram.

Tomando como alicerce os contrastes naturais aliados a outras variáveis, como atividades econômicas, polarização dos centros urbanos, dentre outros parâmetros foram propostas diferentes formas de regionalização para o Estado da Paraíba, a exemplo das:

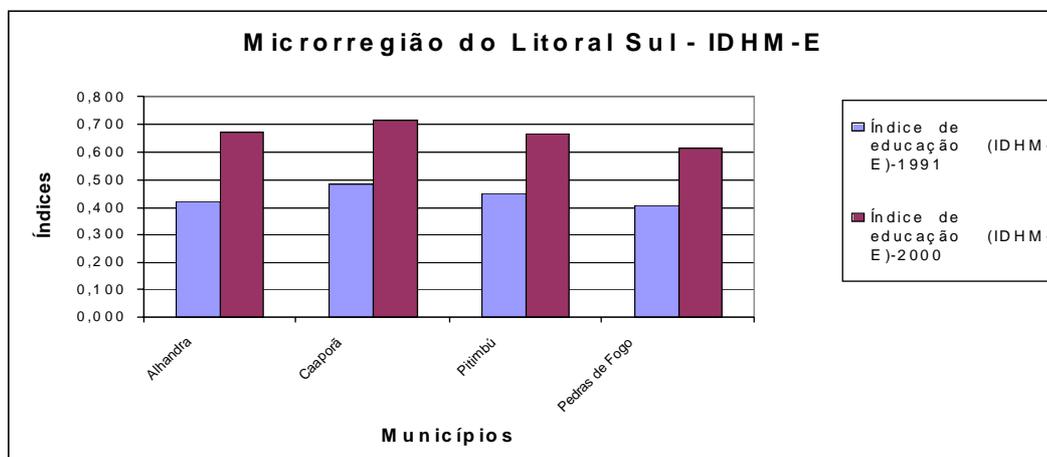
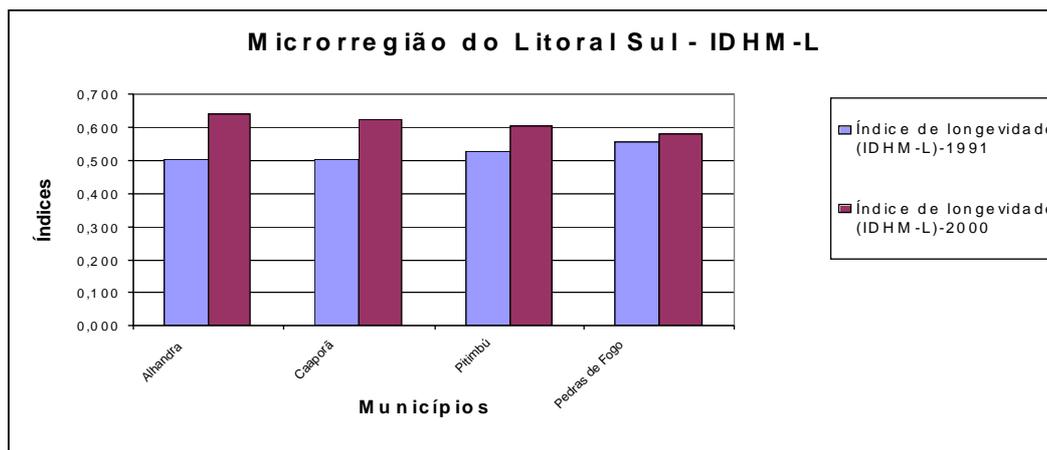
- Regiões Fisiográficas (1945)
- Regiões Geográficas (1965);
- Microrregiões Homogêneas (1968);
- Mesorregiões e Microrregiões Paraibanas (1987/1991) esta divisão foi publicada no diário oficial pelo IBGE em 1989 e vigora até hoje.

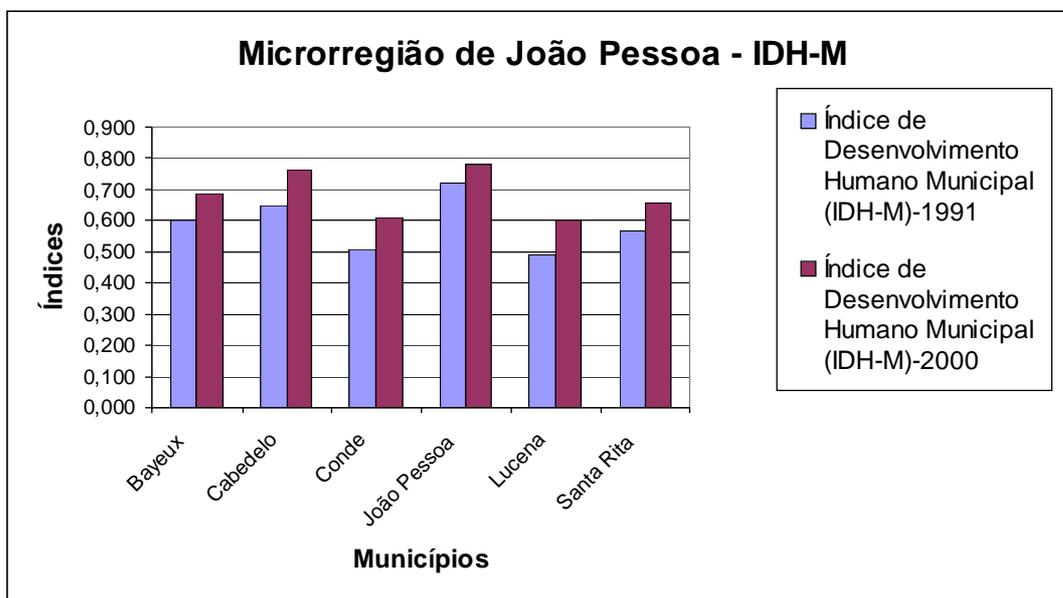
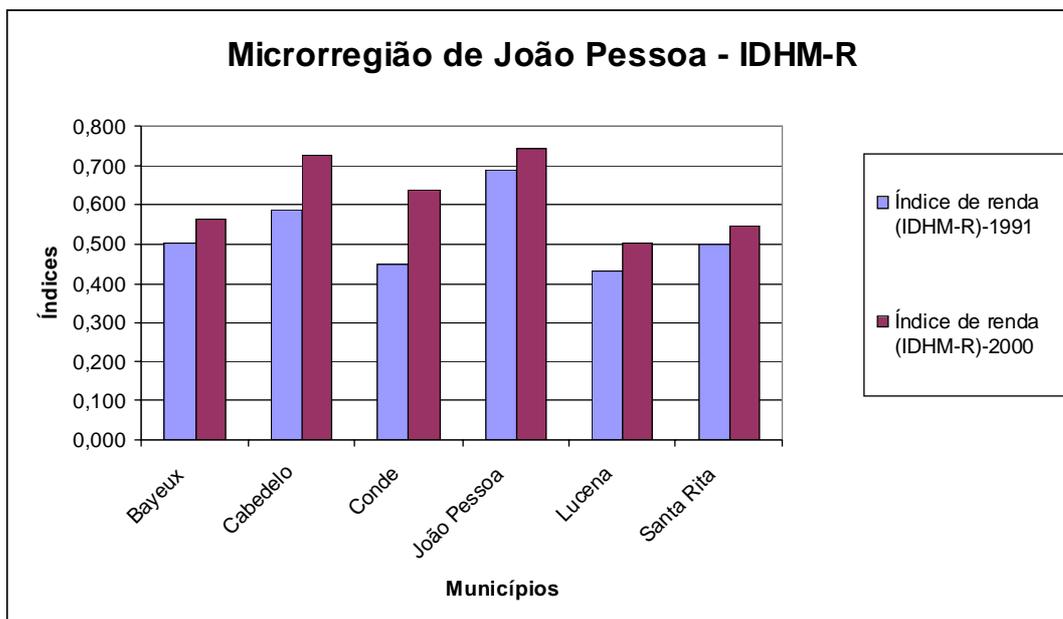
A atual proposta de regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide o estado da Paraíba em quatro mesorregiões (Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão). Cada uma destas mesorregiões está caracterizada com base na configuração espacial e no processo de povoamento do Estado, que deu origem a paisagens distintas e diferentes formas de uso e ocupação do solo do Litoral até o extremo oeste do Sertão.

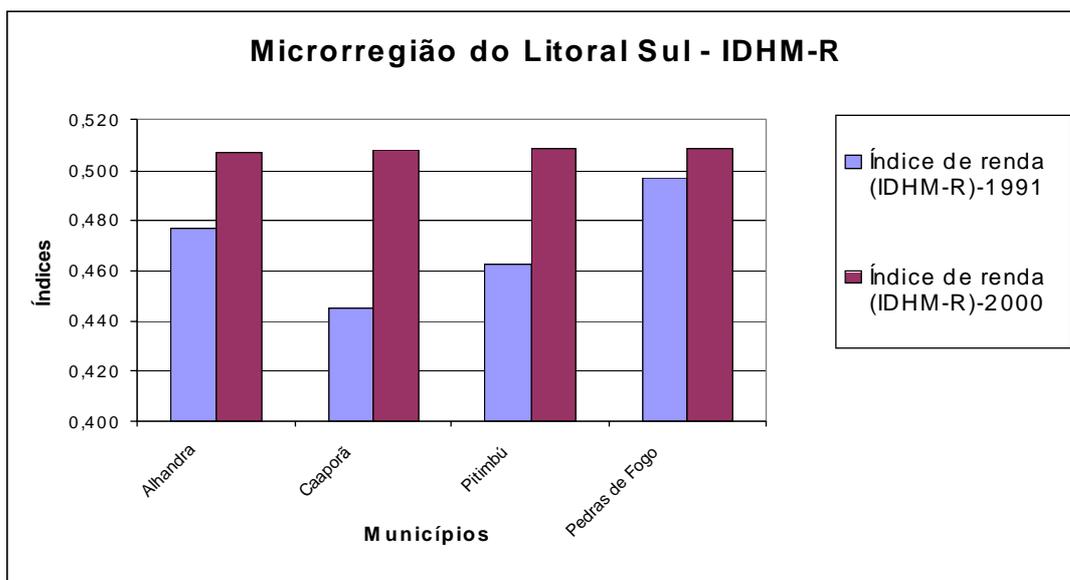
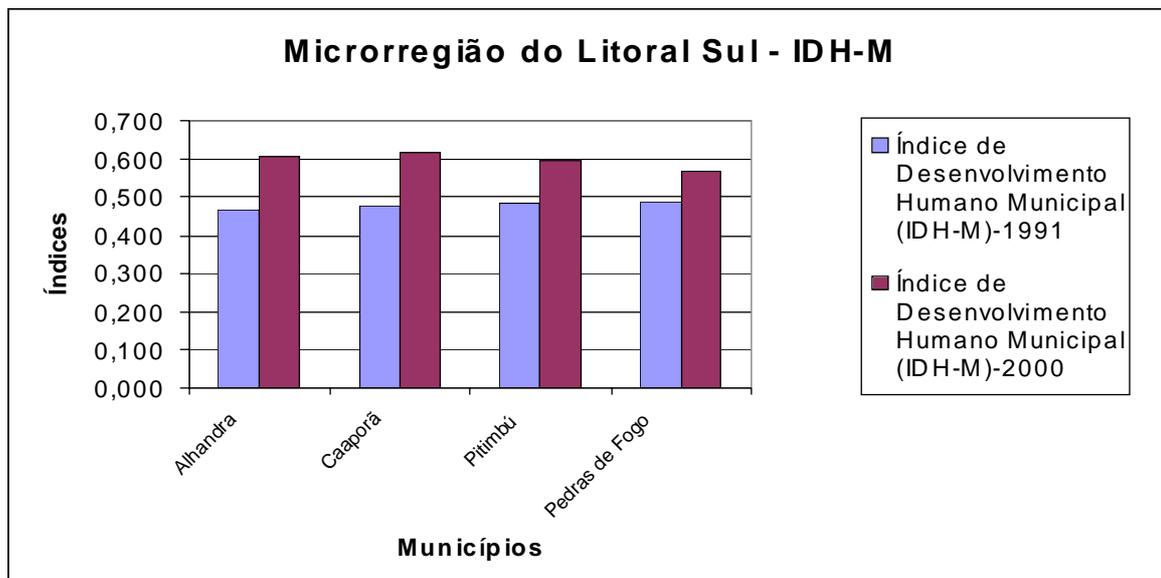
As várias proposições aqui citadas de divisão regional para a Paraíba assim como as suas representações cartográficas nos levam a reafirmar que região é um conceito dinâmico e polêmico. Se para alguns pesquisadores as bases naturais fornecem os limites e configurações da região para outros a região é uma invenção social. Assim é que se posiciona Albuquerque Jr. (2000) em seu livro a Invenção do Nordeste. Este debate situa-se no campo das abordagens regionalistas cujo conteúdo, autores como Silveira (1987) e Penna (1992) muito contribuíram para fundamentá-lo. Contudo, este tema merece ser retomado, no âmbito da Geografia.

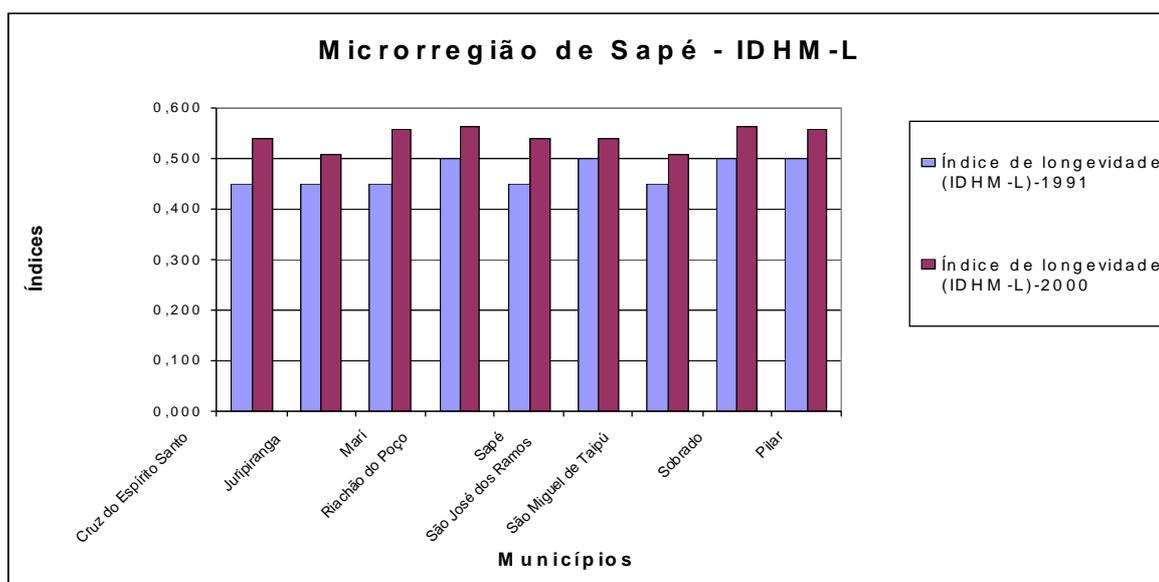
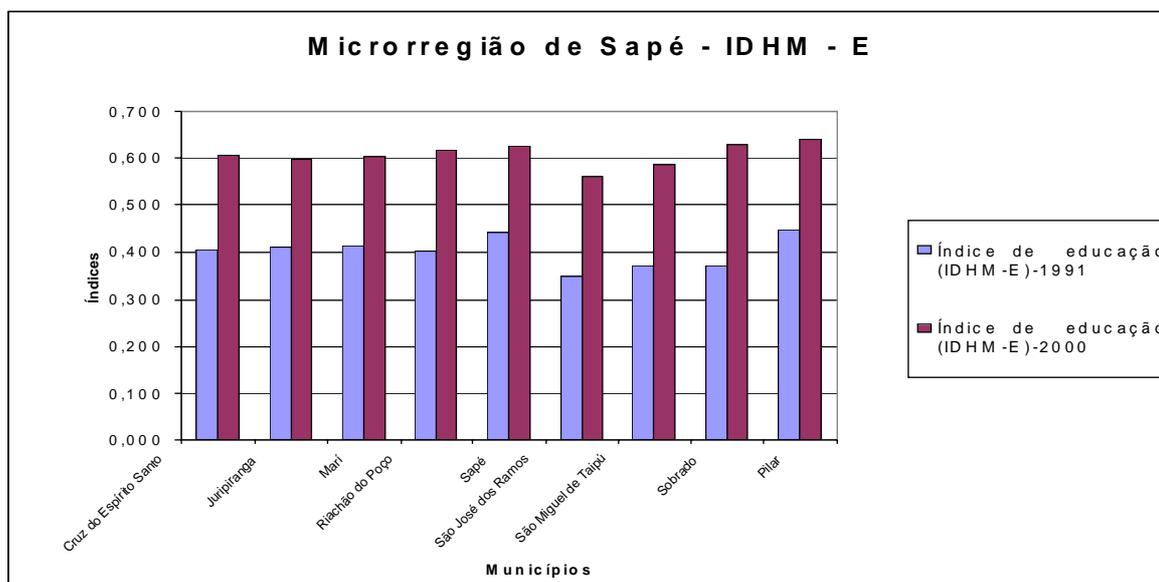
### 3. ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES DE VIDA NA ZONA DA MATA PARAIBANA, NO CONTEXTO ATUAL

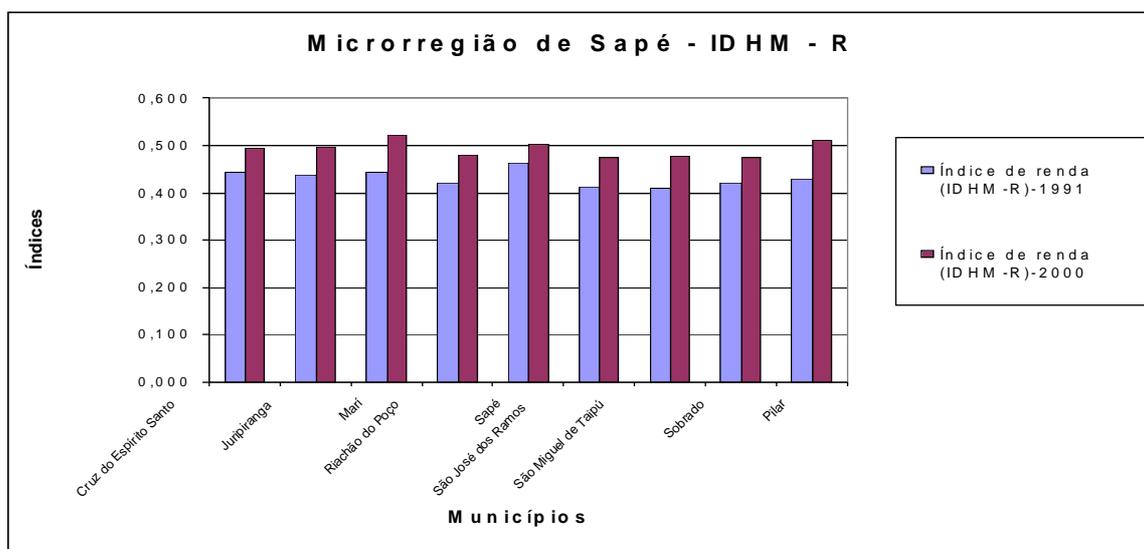
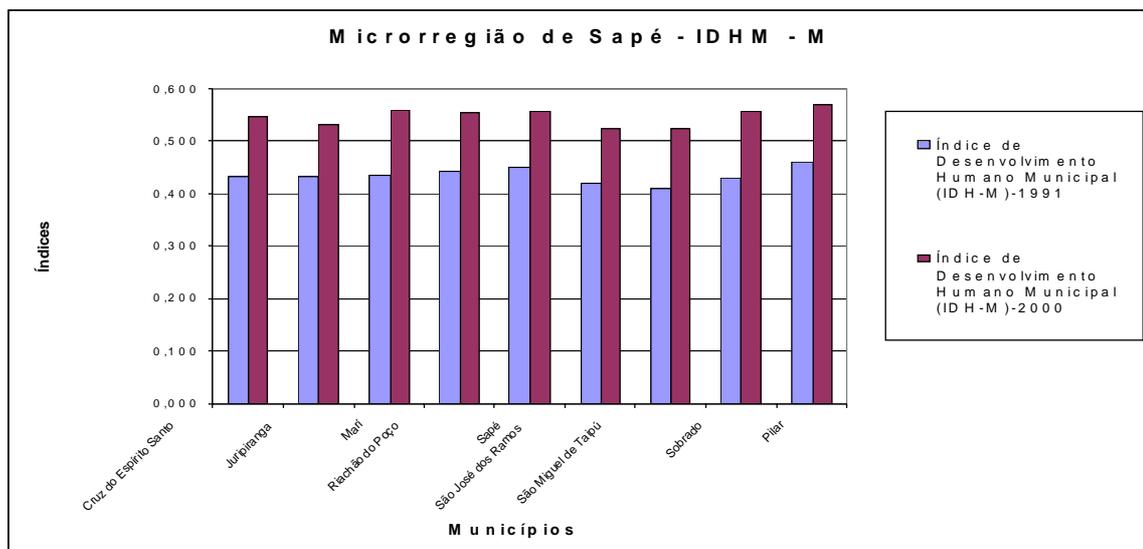
Postas as condições históricas do processo de ocupação trazemos à tona o debate acerca da qualidade de vida na Zona da Mata Paraibana utilizando os indicadores de renda, longevidade e educação, por microrregião.

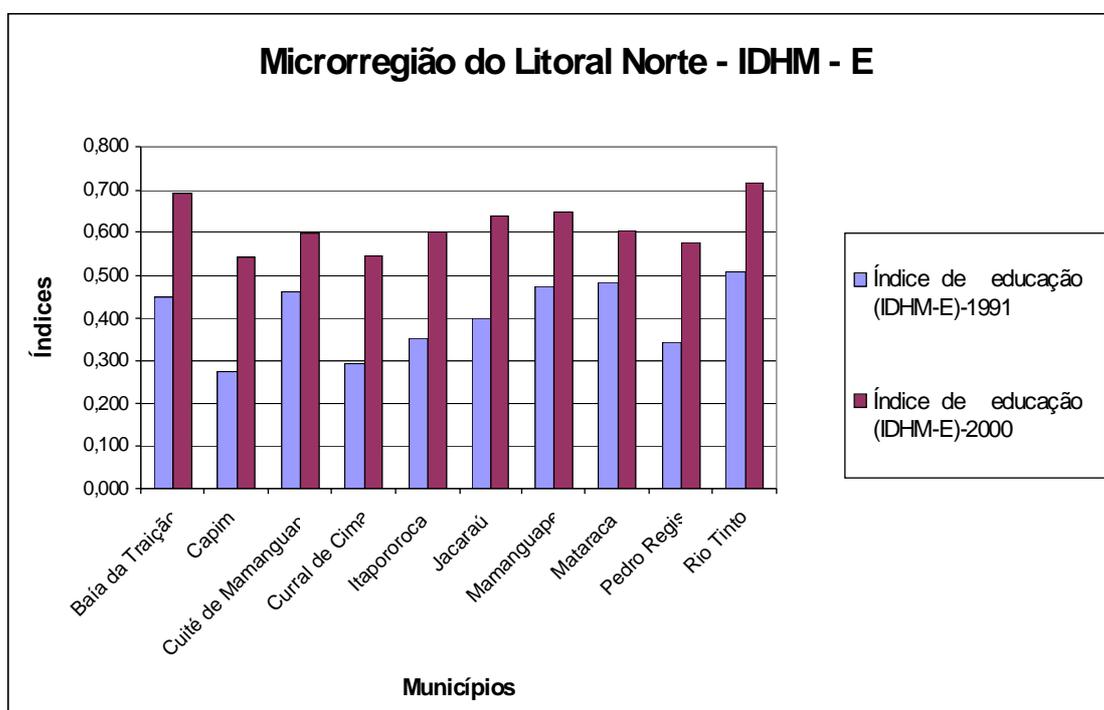
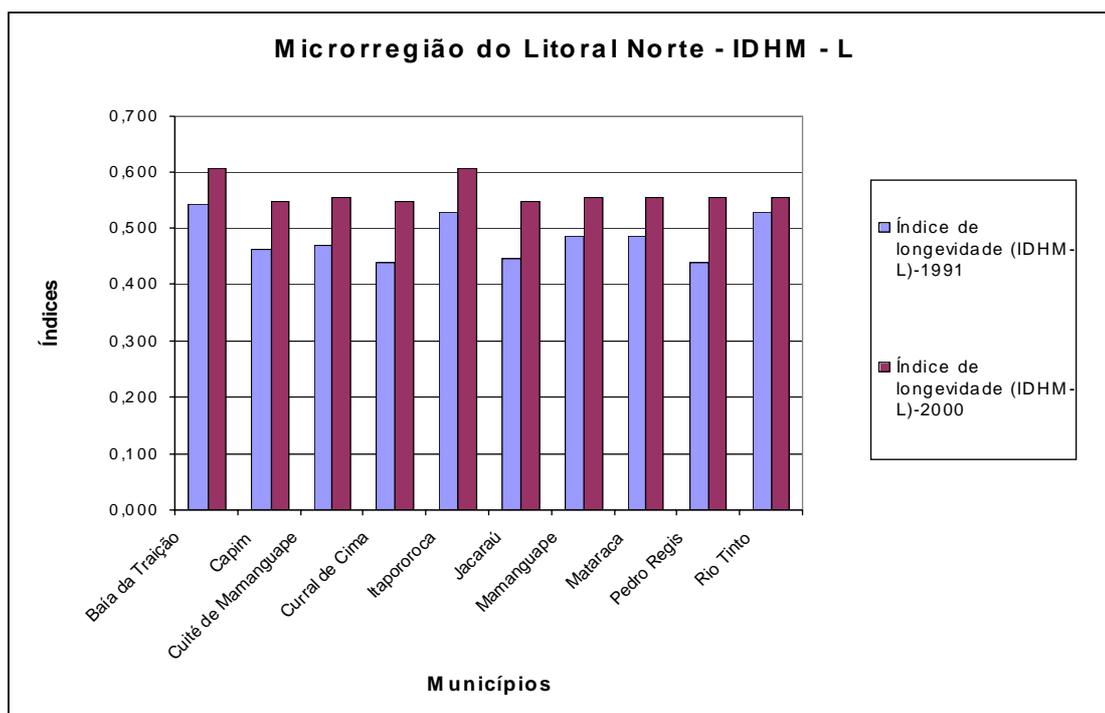


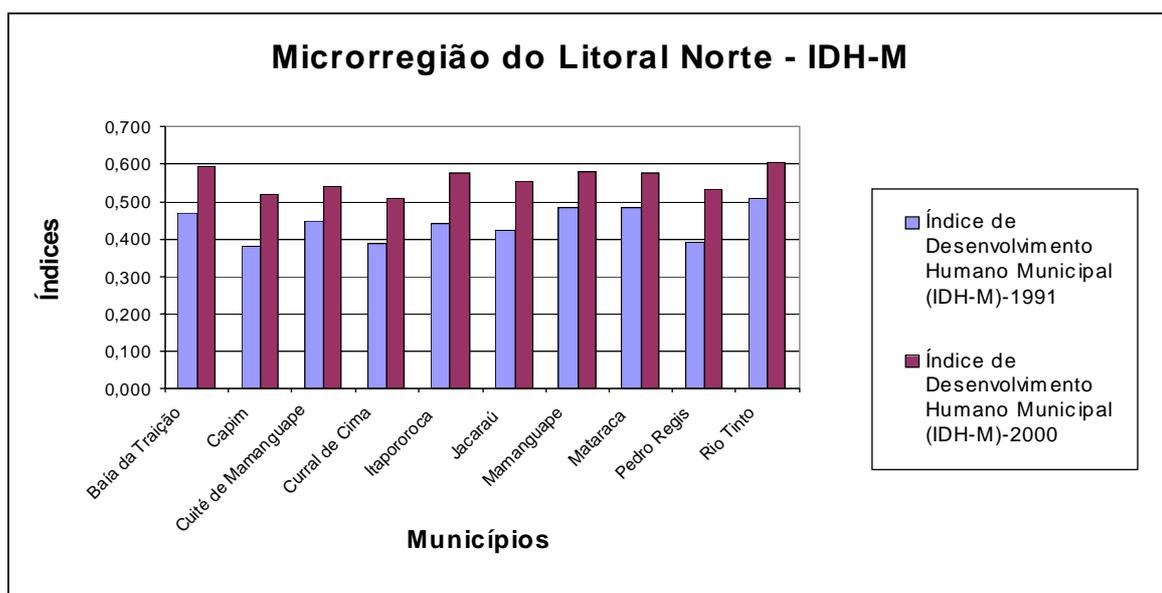
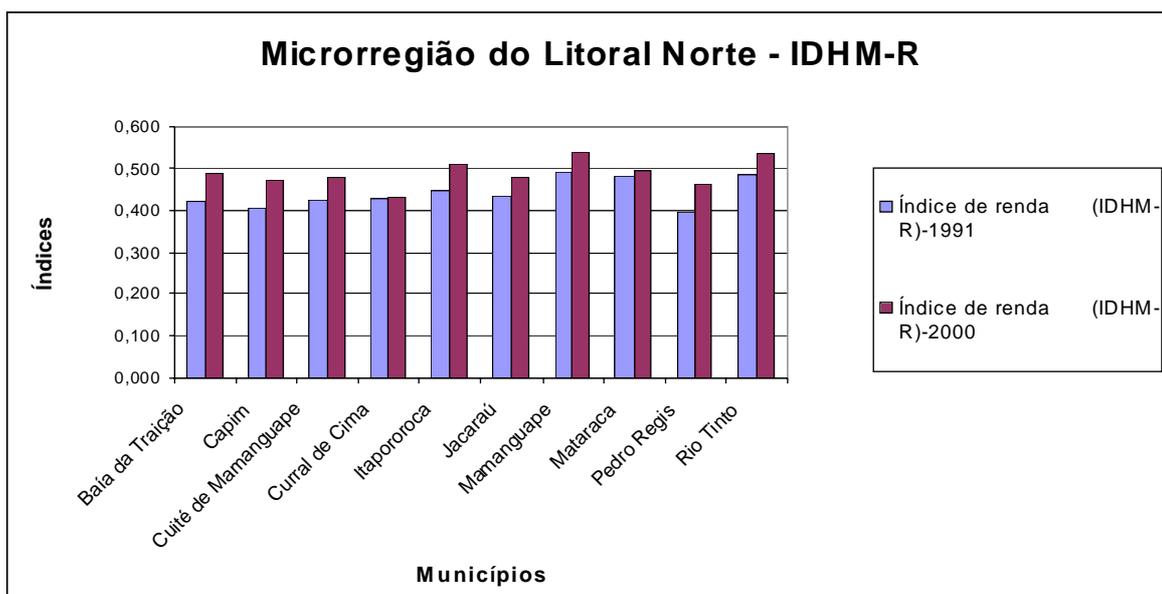












Os gráficos apresentados demonstram claramente ter havido um aumento em todos os índices de IDH-M nos municípios da Mesorregião da Mata Paraibana revelando uma melhoria relativa na qualidade de vida da população.

A despeito da evolução registrada, verifica-se ainda a existência de municípios que não possuem esgotamento sanitário, hospitais e/ou estabelecimentos de ensino médio. Como exemplos citamos os municípios de Marcação e Pedro Régis onde não há esgotamento sanitário em nenhum domicílio; já em Capim, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Lucena, Marcação, Pedro Régis e Pitimbu não existem hospitais; e em Capim, Curral de Cima, Marcação e Pedro Régis não há estabelecimentos de ensino médio.

Os dados obtidos a partir da leitura dos PDA's, nos indicaram os seguintes problemas: apenas no assentamento "Canudos" verificou-se a existência de escola, porém funcionando em situação precária. Neste mesmo assentamento foram encontradas 86 casas com saneamento básico. No Assentamento "Oiteiro de Miranda", verificamos que 28 casas têm saneamento e já no PDA do Assentamento "Rainha dos Anjos" verificou-se que apenas uma casa é saneada.

Através da nossa pesquisa, de caráter exclusivamente documental, foi observado que os investimentos públicos não foram suficientes para proporcionar uma elevação significativa na qualidade de vida da população da Mesorregião da Mata Paraibana.

Diante do exposto, cabe indagar: qual é o quadro atual em termos de educação, saúde e infra-estrutura dos municípios da Mesorregião da Mata Paraibana?

Em Baía da Traição, com uma área de 94,51 km<sup>2</sup>, existem 6.483 habitantes. Neste município não existem hospitais. Já os estabelecimentos de ensino fundamental são apenas 16 e apenas um de ensino médio.

A cidade de Bayeux, com uma área de 224,42 km<sup>2</sup>, tem 87.561 habitantes. Neste município existe 1 hospital, 60 estabelecimentos de ensino fundamental e 9 de ensino médio.

Em Cabedelo com uma área de 31,29 km<sup>2</sup> e uma população de 42.832 pessoas, existem 2 hospitais, 37 escolas do ensino fundamental e uma de nível médio.

No município de Capim habitam 4.180 pessoas, sendo a área total de 99,86 km<sup>2</sup>, sem nenhum hospital e apenas 4 estabelecimentos de ensino fundamental.

Curral de Cima possui 5.323 habitantes, tendo uma área de 86,30 km<sup>2</sup>, não há nenhum hospital e para o problema ser maior, basta acrescentarmos o número de estabelecimentos de ensino fundamental, que é 16.

Em Cuité de Mamanguape há 6.124 habitantes, com uma área de 96,83 km<sup>2</sup>, não existem hospitais, e os estabelecimentos de ensino fundamental são 15 e do médio apenas um.

Itapororoca é um município com 14.633 habitantes, numa área de 150,09 km<sup>2</sup>, neste município a população enfrenta muitos problemas na área de saúde pública, visto que não existem hospitais. Já os estabelecimentos de ensino fundamental são no total 31 e do ensino médio apenas um.

No município Jacaraú a população perfaz 14.117 habitantes, e dispõe de uma área de 255,98 km<sup>2</sup>, tem 1 hospital, 36 estabelecimentos de ensino fundamental e 1 do ensino médio.

Em João Pessoa habitam 597.934 pessoas, em uma área de 209,94 km<sup>2</sup>, existem 30 hospitais, 415 escolas de ensino fundamental e 69 do ensino médio.

Lucena tem 9.755 habitantes, com área de 91,97 km<sup>2</sup>, sem hospitais, encontramos como nos outros municípios um número de escolas do ensino médio (18) e do médio (1).

O município Marcação tem uma população de 6.203 habitantes, possui uma área de 94,66 km<sup>2</sup>, sem hospitais, só com 16 estabelecimentos de ensino fundamental, e nenhum do ensino médio.

Mataraca é um município com 5.500 habitantes, numa área de 173,34 km<sup>2</sup>, não tem hospitais, e conta com 12 estabelecimentos de ensino fundamental e 1 do ensino médio.

No município de Rio Tinto há 22.311 habitantes, sendo a área total de 504,28 km<sup>2</sup>, com 2 hospitais, 42 estabelecimentos de ensino fundamental e 2 do ensino médio.

Em Santa Rita habitam 115.844 pessoas, numa área de 762,32 km<sup>2</sup>, encontra-se 3 hospitais, 84 estabelecimentos de ensino fundamental e 10 do ensino médio.

De 1949 a 1970, foram elaborados para esta Mesorregião projetos de infraestrutura básica, como transportes, energia e indústria, observando-se também um crescimento da economia. Mas só a partir dos anos 80 começaram algumas reformas setoriais, e somente nos anos 90 do século passado algumas políticas de combate à

pobreza rural a exemplo Projeto Cooperar e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ganharam destaque.

Porém das verbas destinadas a educação, saúde e infra-estrutura muitas são desviadas para fins pessoais por representantes políticos locais, a exemplo de relatos que ouvimos em trabalhos de campo realizados nos municípios de Sapé e Araruna em que moradores de diversas comunidades rurais denunciaram o uso indevido, por parte de políticos do lugar, de recursos provenientes de projetos comunitários.

Finalmente cabe considerar que em nossa pesquisa cunho predominantemente documental, foi observado que os investimentos públicos feitos na Mesorregião da Mata Paraibana não foram suficientes para proporcionar a população dos municípios em estudo uma qualidade de vida satisfatória segundo revelam os indicadores do IDH-M, bem como os demais índices citados.

#### 4. SUGESTÕES DE ATIVIDADES DIDÁTICAS NA ABORDAGEM DO TEMA

##### a) vídeos

Hans Staden; Cabra marcado para Morrer; Morte e vida Severina; Menino de Engenho.

##### b) Leituras:

Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto; Menino de Engenho e, Banguê, de José Lins do Rego.

##### c) Trabalhos de Campo

Em Parques e áreas Protegidas e em Assentamentos rurais existentes na mesorregião da Mata Paraibana.

##### d) Palestras

Com autoridades ou representantes dos movimentos sociais que tenham participação em áreas de remanescentes indígenas, de quilombos e assentamentos rurais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. 1950. *A Serra do Mar e a Mata Atlântica de São Paulo*. Boletim Paulista de Geografia. 2(4): 61-69.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Formação territorial do Brasil*. In: BECKER, Berta K. et al. (Orgs) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec e Editora Annablume, 2002

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Amazônia Pré-Cabral* In: *Ciência Hoje*. vol. 34 nº 199, Novembro de 2003.

CONTI, José Bueno e FURLAN, Sueli Ângelo. *Geoecologia: o clima, os solos e a Biota*. In: ROSS, Jurandi L. Sanches. *Geografia do Brasil*, São Paulo, Editora Edusp, 1998.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol.2, n.1	Jan/Jun-2003	p. 8-27
--------------------	-------------	------------	--------------	---------

- DEAN, Warren. A ferro e fogo. São Paulo: Campanhia das Letras, 2002.
- GONÇALVES, Carlos Valter Porto. In: BECKER, Berta K. et al (Orgs) Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec e Editora Annablume, 2002.
- GUIMARÃES, Fábio M. S. *Divisão Regional do Brasil*. Boletim Carioca de Geografia, ano 28, 1977-1978.
- LEONARDI, Victor. Entre árvores e esquecimentos. Brasília: editora da UNB, 1996.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo, AnnaBlume, 2002.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Processo de formação e evolução da organização do espaço agrário paraibano*. In: Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997. p. 25-102.
- NOVO ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.
- PENNA, Maura. O que faz ser nordestino. São Paulo: Cortez, 1992.
- SCHIMIDT, João Pedro. *Condicionantes Culturais das Políticas Públicas no Brasil* In: Direitos Sociais e Políticas Públicas no Brasil. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2001.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *A questão regional gênese e evolução*. Espaço e Debates, São Paulo, n. 20, 1987.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.
- VON SPIX, Johann Baptist, VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.24, p.381-403, 1845.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Apresenta dados socioeconômicos dos municípios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em fev de 2004.